Demonstrações financeiras

Kepler Weber S.A. (Companhia aberta)

31 de dezembro de 2018 e 2017 com Relatório dos Auditores Independentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, Kepler Weber Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de elaboração--Continuação

Na preparação destas demonstrações financeiras, exceto pela adoção das novas normas IFRS 09 e IFRS 15 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, respectivamente), a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal em 18 de março de 2019 e pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2019, para divulgação nesta data.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada Kepler Weber Industrial S.A., subsidiária integral da Companhia, ambas estabelecidas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- 1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- 2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- 3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Instrumentos financeiros--Continuação

i. Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificaram seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no caso da Companhia e de sua controlada, compreende os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Instrumentos financeiros--Continuação

ii. Outros passivos financeiros

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

3.2. Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos -- Continuação

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.3. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia e sua controlada entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB e pelo CPC, aplicáveis à Companhia, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras, e estão a seguir descritas:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Classificação e mensuração

Exceto por certos recebíveis, de acordo com o IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com o IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação é baseada em dois critérios: o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam "somente pagamentos de principal e juros" sobre o montante de capital em aberto (o "teste de SPPJ").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas--Continuação

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)--Continuação

A nova classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR), compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado. Esta categoria inclui o grupo de aplicações financeiras retidas e instrumentos financeiros derivativos.
- Instrumentos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de manter os ativos financeiros de modo a coletar fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "SPPJ". Esta categoria inclui o grupo de contas a receber.
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), com ganhos ou perdas reciclados para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos financeiros cotados da Companhia que atendem ao critério de "SPPJ" e são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e para vender. Esta categoria inclui o grupo de títulos e valores mobiliários.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou a nova norma requerida com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua no fornecimento de silos e sistemas de armazenagem. Os equipamentos e os serviços são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes, e juntos, como um pacote de bens e/ou serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas--Continuação

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--Continuação

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)--Continuação

Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda de equipamentos seja a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não teve impactos na receita e no resultado da Companhia. A Companhia entende que o reconhecimento de receita ocorre em um momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Para contratos com clientes em que a venda de equipamentos está atrelada a uma obrigação de execução de serviço de montagem de equipamentos, a adoção da IFRS 15 também não trouxe maiores impactos na receita e no resultado da Companhia. Concluiu-se que a venda de equipamentos e os serviços de montagem são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, de acordo com a IFRS 15, a Companhia continua a reconhecer a receita desses contratos de equipamentos e serviços ao longo do tempo.

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como adiantamentos de clientes na rubrica do passivo circulante. De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Contudo, as análises efetuadas pela Companhia apontaram que os efeitos de componentes de financiamento não são significativos nos contratos, pois o período entre a transferência do grupo de um bem ou serviço prometido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é normalmente inferior a 90 dias.

b) Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas--Continuação

b) Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados.

A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual, a Companhia está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A IFRIC 23 (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) foi emitida em dezembro de 2018 e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas normas ou revisadas--Continuação

b) Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda--Continuação

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição.

A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com a avaliação prévia da Administração da Companhia, estas normas não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado:
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente pelo Comitê de Crédito com base em: capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoas físicas, produtores agrícolas, ou pessoas jurídicas, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos, o que pode ocasionar um aumento na posição de vencidos que não necessariamente se traduz em inadimplência por falta de condições financeiras dos clientes, uma vez que o índice histórico de perda pela falta de pagamento é baixo. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Controladora		Valor contá	bil
	Nota	Dez/2018	Dez/2017
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.212	14.057
Títulos e valores mobiliários - circulante		11.757	6.695
Títulos e valores mobiliários - não circulante		4.503	-
Total		22.472	20.752

Consolidado		Valor contá	bil
	Nota	Dez/2018	Dez/2017
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.803	14.424
Aplicações financeiras retidas - circulante	7	15.611	7.332
Títulos e valores mobiliários - circulante	8	42.142	79.887
Contas a receber clientes	9	54.409	52.769
Instrumentos financeiros derivativos		-	196
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8	8.187	13.439
Total		127.152	168.047

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis, desconsiderando provisão de créditos de liquidação duvidosa, representados por contas a receber de clientes, entre mercado nacional e mercado externo, está distribuída a seguir:

Valor cont	avii
Dez/2018	Dez/2017
52.967	50.358
2.575	2.663
-	389
-	166
55.542	53.576
	52.967 2.575 - -

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e se preocupam com a otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Desta forma, é possível garantir que possuam saldo em tesouraria suficiente para superar a necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivo financeiro, incluindo pagamentos de juros estimados:

			Controla	dora			
31 de dezembro de 2018 Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	154 154	154 154	154 154				
			Consolid	lado			
31 de dezembro de 2018 Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Financiamentos e empréstimos Fornecedores	65.522 45.736	75.743 45.736	18.989 45.736	18.008	21.194 -	16.639 -	913 -
	111.258	121.479	64.725	18.008	21.194	16.639	913

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos de mercado, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

c) Risco de Mercado--Continuação

i. Risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norteamericano.

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

	Consolidado		
Itens	Dez/2018	Dez/2017	
Clientes	2.575	3.218	
Fornecedores	(624)	(26)	
Comissões a representantes	(534)	(1.496)	
Financiamentos e empréstimos	-	(9.527)	
Soma	1.417	(7.831)	
Valor equivalente em US\$ mil	387	(2.453)	
Instrumentos financeiros derivativos líquidos (valores nocionais) em US\$	-	1.830	
Valor de exposição líquida em US\$ mil	387	(623)	

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Taxa média		Taxa à vista na data das demonstrações finan	
 2018	2017	Dez/2018	Dez/2017
3,6558	3,1925	3,8748	3,3080

Derivativos - contratos de câmbio a termo

A Companhia e sua controlada possuem política para mitigação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2017 referiam-se a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *non deliverable forward*-NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento, incluindo aquelas já realizadas, bem como os pedidos firmes em carteira nos seus vencimentos, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de Mercado--Continuação
 - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Derivativos - contratos de câmbio a termo--Continuação

Consolidado						
Contraparte	Compra/ venda	Valor nocional US\$mil	Taxa futura	Valor justo da posição ativa	Valor justo da posição passiva	Saldo Dez/2017
Pine	Compra	1.830	3,3764	5.820	5.968	148
Pine	Compra	1.000	3,3783	3.191	3.240	49
Pine	Venda	(1.000) 1.830	3,3153	3.299	3.298	(1) 196
	Pine Pine	ContrapartevendaPineCompraPineCompra	Contraparte Compra/venda Valor nocional US\$mil Pine Compra 1.830 Pine Compra 1.000 Pine Venda (1.000)	Contraparte Compra/ venda Valor nocional US\$mil Taxa futura Pine Compra Compra 1.830 1.000 1.000 3,3764 3,3783 3,3783 Pine Venda Venda (1.000) (1.000) 3,3153	Contraparte Compra/ venda Valor nocional US\$mil Taxa futura Valor justo da posição futura Pine Compra 1.830 3,3764 5.820 Pine Compra 1.000 3,3783 3.191 Pine Venda (1.000) 3,3153 3.299	Contraparte Compra/ venda Valor nocional US\$mil Taxa futura Valor justo da posição passiva Pine Compra 1.830 3,3764 5.820 5.968 Pine Compra 1.000 3,3783 3.191 3.240 Pine Venda (1.000) 3,3153 3.299 3.298

A Companhia e sua controlada não ofereceram margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima. Adicionalmente, cabe destacar, que a Companhia não possuía operações com derivativos em 31 de dezembro de 2018.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício (Nota 31), estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
Operações de proteção	Dez/2018	Dez/2017
Receitas financeiras:		
Ganhos com operações de NDF	1.968	1.024
Despesas financeiras:		
Perdas com operações de NDF	(546)	(734)
. ,	1.422	290

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

ii. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Perfil: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era:

Controladora	Valor co	ntábil
	Dez/2018	Dez/2017
Instrumentos de taxa variável		
Ativos Financeiros	22.472	20.752
Caixa e equivalentes de caixa	6.212	14.057
Títulos e valores mobiliários - circulante	11.757	6.695
Títulos e valores mobiliários - não circulante	4.503	-
Consolidado	Valor contábil	
<u>-</u>	Dez/2018	Dez/2017
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	65.522	79.511
Finep	27.620	29.330
Finame	8.634	10.732
Exim	-	29.922
Finimp	-	9.527
Capital de Giro	29.268	-
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	72.743	115.082
Caixa e equivalentes de caixa	6.803	14.424
Aplicações financeiras retidas - circulante	15.611	7.332
Títulos e valores mobiliários - circulante	42.142	79.887
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8.187	13.439

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos à atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia e sua controlada não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e sua controlada não designam derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - ii. Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a variação de taxa do CDI e SELIC, a Administração considerou como cenário provável a taxa do CDI e SELIC na data de 31 de dezembro de 2018 sobre o percentual de variação de CDI e SELIC médio ponderado.

		Controlad	ora	
	Receita anual sobre índice 31/12/2018	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 22.471	6,40%	6,40%	4.80%	3,20%
Projeção anual sobre ativo financeiro	1.438	1.438	1.079	719
Variação		-	(359)	(719)
		Consolid	ado	
	Receita anual sobre índice 31/12/2018	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 66.196	6,40%	6,40%	4,80%	3,20%
Projeção anual sobre ativo financeiro	4.237	4.237	3.177	2.118
Variação		-	(1.060)	(2.119)
		Consolid	lado	
	Receita anual sobre índice 31/12/2018	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$ 6.486	6,40%	6,40%	4,80%	3,20%
Projeção anual sobre ativo financeiro	415	415	311	208
Variação			(104)	(207)

ii. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e da sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - iii. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos--Continuação

O aço é a matéria-prima principal da Companhia e sua controlada e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional. Em relação ao mercado local, a Companhia e sua controlada procuram repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e outros fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez.

A alta Administração da Companhia e sua controlada administra os riscos operacionais através da implementação dos processos:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações:
- Cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as acões corretivas propostas:
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional:
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Política de Segurança da Informação;
- Política de Gerenciamento de Riscos:
- Comitê de Gestão de Riscos:
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

e) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada a seguir:

Controladora	Dez/2018	Dez/2017
Total do passivo	8.407	5.373
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(6.212)	(14.057)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(11.757)	(6.695)
Menos: títulos e valores mobiliários – não circulante	(4.503)	-
Dívida líquida (A)	(14.065)	(15.379)
Total do patrimônio líquido (B)	441.025	435.349
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (A/B)	(3%)	(4%)
Consolidado	Dez/2018	Dez/2017
Total do passivo	263.248	280.897
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(6.803)	(14.424)
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	(15.611)	(7.332)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(42.142)	(79.887)
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	(8.187)	(13.439)
Dívida líquida (A)	190.505	165.815
Total do patrimônio líquido (B)	441.025	435.349
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (A/B)	43%	38%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Informações por segmento

A Administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho. Tendo em vista que todos os ativos e passivos relevantes são utilizados na produção e comercialização de todos os produtos e para todos os mercados e não há como segregá-los de forma objetiva ou confiável.

a) <u>Informações sobre produtos e serviços</u>

A receita líquida para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:

	Consolid	Consolidado		
	Dez/2018	Dez/2017		
Armazenagem	421.999	400.146		
Exportações	63.473	88.394		
Granéis	35.841	42.386		
Peças e serviços	54.987	47.449		
	576.300	578.375		

b) Informações geográficas

As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	Consolid	dado
	Dez/2018	Dez/2017
Mercado doméstico	512.827	489.981
América do Sul	59.475	78.123
América Central	758	4.596
Ásia	289	3.543
América do Norte	1.694	1.041
Europa	19	554
África	1.238	537
	576.300	578.375

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e sua controlada representam aproximadamente 5,12%, em um montante de R\$ 29.523 (em 31 de dezembro 2017 representavam 6,94% ou R\$ 40.162), do total das receitas líquidas da Companhia e sua controlada. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total consolidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Control	Controladora		ado
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Caixa e bancos	1	2	61	65
Aplicações financeiras	6.211	14.055	6.742	14.359
	6.212	14.057	6.803	14.424

Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas a garantias de empréstimos, classificadas como aplicações financeiras retidas, conforme mencionado abaixo:

			Controla	dora	Consoli	dado
	Taxa		Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
CDB	2,0%	CDI	2	=	84	-
CDB	10,0%	CDI	-	=	-	4
CDB	50,0%	CDI	3	=	452	-
CDB	70,55%	CDI	-	70	-	370
CDB	97,0%	CDI	4.769	2.188	4.769	2.188
CDB	98,2%	CDI	-	5.291	-	5.291
CDB	98,5%	CDI	-	1.742	-	1.742
CDB	99,5%	CDI	1.437	4.764	1.437	4.764
Aplicações financeiras	classificadas como equiva	alentes de caixa	6.211	14.055	6.742	14.359

Aplicações financeiras retidas

			Controladora		Consolidado	
	Taxa		Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Compromissada	103,0%	CDI	-	-	5.841	-
Compromissada	105,5%	CDI	-	-	-	7.332
Compromissada	111,5%	CDI		-	9.770	
Aplicações financeiras retion	las			<u>-</u>	15.611	7.332

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia, administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração, e foram consolidados pela Companhia.

Os investimentos são ajustados ao valor de mercado, com as alterações em valor justo refletidas em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia classificou estes investimentos como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes".

Estes investimentos referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários e letras financeiras do tesouro, com prazos de vencimentos superiores há 90 dias, remunerados a taxas pós-fixadas, motivo pelo qual os rendimentos e variações foram integralmente registrados no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

			Consolida	ado	
	Vencimento	Taxa		Dez/2018	Dez/2017
Circulante		•			
BNYM	(*)	95%	CDI	300	310
LFT	01/09/2018	100%	SELIC	-	2.999
LTNO	01/07/2018	99%	SELIC	-	420
LF	De 03/04/2019 a 25/07/2019	De 102,1% a 106,5%	CDI	4.779	8.140
LFS	De 09/05/2018 a 12/12/2018	100% a 112,15%	CDI	-	5.502
BB CDI	(*)	97,27%	CDI	37.063	62.516
				42.142	79.887
Não Circulante					
LFT	De 01/03/2020 a 01/09/2023	100%	SELIC	6.486	11.733
LF e LFS	De 31/01/2019 a 06/09/2019	De 105,5% a 110%	CDI	1.174	1.706
LTNO	01/07/2020	99%	CDI	527	
				8.187	13.439
				50.329	93.326
				50.329	93.326

^(*) Tratam-se de aplicações financeiras sem vencimento fixo contratual, tendo disponibilidade imediata de resgate.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes

Consolidado	
Dez/2018	Dez/2017
52.967	50.358
2.575	3.218
55.542	53.576
(674)	(500)
(459)	(307)
54.409	52.769
	Dez/2018 52.967 2.575 55.542 (674) (459)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Dez/2018	Dez/2017	
Saldo no início do exercício	(807)	(4.277)	
Adições	(576)	(500)	
Realizações	-	2.710	
Baixas/ Reversões	250	1.260	
Saldo no final do exercício	(1.133)	(807)	

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	Dez/2018	Dez/2017
Valores vencidos		
Até 30 dias	10.538	8.771
31 a 60 dias	4.214	5.190
61 a 90 dias	194	1.384
91 a 120 dias	1.323	1.555
121 a 150 dias	11	661
151 a 180 dias	221	57
mais de 181 dias	2.618	5.238
	19.119	22.856
A vencer		
Até 30 dias	16.679	5.363
31 a 60 dias	6.071	2.725
61 a 90 dias	5.819	7.866
91 a 120 dias	4.334	9.072
121 a 150 dias	919	2.926
151 a 180 dias	422	1.390
mais de 181 dias	2.179	1.378
	36.423	30.720
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.133)	(807)
i iovisao para cicultos de liquidação duvidosa	54.409	52.769

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contas a receber de clientes--Continuação

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável adicional é necessária com relação às contas a receber. Do saldo total de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2018, 85% são de títulos vencidos até 120 dias (74% em 31 de dezembro de 2017). O montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e sua controlada estão classificados como a vencer até 120 dias.

Do montante dos vencidos, 28% estão concentrados em dois clientes, sendo estes valores vinculados, principalmente, a eventos físicos conforme mencionado na nota explicativa 5.a.

10. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

	Consolidado		
	Dez/2018	Dez/2017	
Produtos acabados	21.311	16.329	
Produtos em elaboração	28.869	23.037	
Matérias-primas	61.251	38.046	
Adiantamentos a fornecedores	4.641	5.736	
Provisão para perdas	(5.362)	(5.017)	
	110.710	78.131	

A Companhia e sua controlada constituem provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Consoli	Consolidado		
	Dez/2018	Dez/2017		
Saldo no início do exercício	(5.017)	(5.687)		
Adições	(2.379)	(4.645)		
Baixas / Realizações	2.034	5.315		
Saldo no final do exercício	(5.362)	(5.017)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Impostos a recuperar

Consolidado)
Dez/2018	Dez/2017
25.134	19.307
23.122	16.857
5.843	1.836
2.490	1.886
4.200	21.034
13.460	-
1.466	1.461
75.715	62.381
Consolidad	lo
Dez/2018	Dez/2017
-	260
-	260
	Dez/2018 25.134 23.122 5.843 2.490 4.200 13.460 1.466 75.715 Consolidate

(*) O saldo refere-se à recolhimentos à maior efetuados pela Companhia em exercícios anteriores, sendo o crédito registrado em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais" (Nota 27).

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
_	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	9.445	(30.476)	15.265	(37.200)
Resultado da equivalência patrimonial	(6.190)	41.320	-	-
Outras adições permanentes	282	191	639	2.001
Base de cálculo	3.537	11.035	15.904	(35.199)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota efetiva	(1.203)	(3.752)	(5.407)	11.968
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos	(37)	=	(2.135)	(8.014)
Outros	61	(29)	543	(1.011)
Imposto de renda e contribuição social	(1.179)	(3.781)	(6.999)	2.943
Alíquota fiscal efetiva	(12%)	(34%)	(46%)	(8%)
Corrente	(1.255)	(2.291)	(4.639)	(2.342)
Diferido	76	(1.490)	(2.360)	5.285

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atualizou suas projeções de resultado mantendo o registro de imposto diferido ativo até o limite que julga provável de realização num período razoável de tempo (não superior a 10 anos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2018 será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

			C	Controladora				Consolidado
Exercício	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2019	830	299	1.129	7,01%	3.690	1.328	5.018	3,47%
2020	927	334	1.261	7,83%	6.485	2.335	8.820	6.09%
2021	1.068	384	1.452	9,02%	8.427	3.034	11.461	7,91%
2022	959	345	1.304	8,10%	10.131	3.647	13.778	9,51%
De 2023 à 2028	8.022	2.929	10.951	68,04%	78.085	27.657	105.742	73,02%
<u> </u>	11.806	4.291	16.097	100,00%	106.818	38.001	144.819	100,00%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Kepler Webe	r S.A	Kepler Weber Industrial S.A	
Ativo	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Prejuízo fiscal e base negativa	15.000	15.584	104.984	112.744
Diferenças temporárias	1.097	1.013	23.738	22.959
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	16.097	16.597	128.722	135.703
Passivo				!
Reserva de reavaliação a realizar	173	173	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	14.479	15.004	7.018	7.607
Depreciação fiscal x societário	947	998	12.394	15.359
IRPJ/CSLL sobre capitalização de juros	-	=	1.202	1.297
_	15.599	16.175	20.614	24.263
-				
Impostos diferidos, líquidos	498	422	108.108	111.440

	Controla	dora	Consolidado	
Ativo não circulante	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Imposto diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	16.097	16.597	144.819	152.300
Compensação imposto diferido passivo	(15.599)	(16.175)	(36.213)	(40.438)
Saldo imposto diferido ativo	498	422	108.606	111.862
	Controla	dora	Consoli	idado
Passivo não circulante	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Imposto diferido passivo	15.599	16.175	36.213	40.438
Compensação imposto diferido passivo	(15.599)	(16.175)	(36.213)	(40.438)
Saldo imposto diferido passivo		<u> </u>		-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Abaixo segue a composição das diferenças temporárias que foram reconhecidas pela Companhia e sua controlada no exercício:

Controladora	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para contingências	332	113
Outras provisões	2.895	984
	3.227	1.097
Consolidado	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para devedores duvidosos	1.133	385
Provisão para obsolescência de estoques	5.362	1.823
Provisão de fretes a pagar	617	210
Provisão para contingências	21.284	7.237
Provisão de comissões a pagar	4.650	1.581
Provisão de garantias	6.710	2.281
Diferimento da receita de montagem	23.109	7.857
Outras provisões	11.657	3.963
Depreciação acelerada	(2.011)	(502)
	72.511	24.835

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 33.601 (R\$ 33.493 em 31 de dezembro de 2017), e R\$ 32.133 (R\$ 23.570 em 31 de dezembro de 2017) na controlada Kepler Weber Industrial S.A. que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, no montante de R\$ 11.424 e R\$ 10.925 respectivamente, pois não é possível assegurar neste momento, com razoável grau de certeza, que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

a) Os investimentos na controlada apresentam os seguintes saldos:

	Kepler Weber Industrial S.A.			
	Dez/2018	Dez/2017		
Participação	100%	100%		
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	256.733.319		
Ativos circulantes	297.924	282.341		
Ativos não circulantes	328.176	354.604		
Total de ativos	626.100	636.945		
Passivos circulantes	205.444	226.999		
Passivos não circulantes	55.230	49.943		
Total de passivos	260.674	276.942		
Patrimônio líquido	365.426	360.003		
Receita	576.300	578.375		
Despesas	(570.110)	(619.695)		
Lucro (Prejuízo) do exercício	6.190	(41.320)		
Equivalência patrimonial	6.190	(41.320)		

b) <u>Movimentação do investimento na controlada</u>:

360.003	401.323
6.190	(41.320)
(767)	•
365.426	360.003
_	\ ` /

14. Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos.

A Companhia adotou o custo atribuído, suportado por Laudo Técnico de Avaliação, para mensuração das propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009. A média de vida útil remanescente estimada é de 25 anos. Terrenos onde estão localizadas as edificações arrendadas não são depreciáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Propriedade para investimento--Continuação

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada em nota específica de Imobilizado.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando ela é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

A Companhia avalia anualmente o valor justo das propriedades para investimento e para 31 de dezembro de 2018 não identificou qualquer diferença significativa para o valor contábil.

a) Composição de propriedades para investimento

			Control	adora	
				Dez/2018	Dez/2017
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Terrenos	-	20.301	-	20.301	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	59.595	(26.679)	32.916	34.855
Instalações	10%	3.855	(3.598)	257	301
		83.751	(30.277)	53.474	55.457
			Consol	idado	
				Dez/2018	Dez/2017
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Itens				,	
Terrenos	-	8.804	-	8.804	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	9.399	(4.290)	5.109	5.384
		18.203	(4.290)	13.913	14.188
	·				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Propriedade para investimentos--Continuação

b) Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento

			Controladora	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2017	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2018
Itens	•			
Terrenos	=	20.301	-	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	34.855	(1.939)	32.916
Instalações	10%	301	(44)	257
	=	55.457	(1.983)	53.474
			Consolidado	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2017	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2018
Itens				
Terrenos	-	8.804	-	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	5.384	(275)	5.109
		14.188	(275)	13.913

15. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

a) Composição do ativo imobilizado

	Controladora				
				Dez/2018	Dez/2017
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens	10%	4	(4)		
Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios		240	(1)	- 88	102
	10% 20%	240 444	(152) (423)	00 21	103 47
Equipamentos de informática	20%	685	(576)	109	150
			Consol	idado	
			001.001	Dez/2018	Dez/2017
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Terrenos	-	11.772	-	11.772	11.772
Prédios e benfeitorias	2%	103.196	(46.123)	57.073	60.762
Instalações	10%	31.187	(22.835)	8.352	8.693
Máquinas e equipamentos	7%	243.836	(125.784)	118.052	126.131
Móveis e utensílios	10%	8.517	(5.857)	2.660	3.123
Veículos	18%	224	(224)	-	-
Equipamentos de informática	21%	15.902	(12.821)	3.081	4.063
Arrendamento Mercantil	21%	396	(264)	132	211
Imobilizações em andamento	-	6.122	-	6.122	6.054
Adiantamentos a fornecedores	-	44		44	
		421.196	(213.908)	207.288	220.809

b) Movimentação do custo e depreciação

	Controladora				
Itens	Valor residual líquido em 31/12/2017	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2018		
Móveis e utensílios	103	(15)	88		
Equipamentos de informática	47	(26)	21		
Imobilizações em andamento					
	150	(41)	109		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do custo e depreciação--Continuação

	Consolidado					
	Valor residual líquido em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2018
Itens						
Terrenos	11.772	-	-	-	-	11.772
Prédios e benfeitorias	60.762	-	-	(3.952)	263	57.073
Instalações	8.693	-	-	(1.254)	913	8.352
Máquinas e equipamentos	126.131	-	(4)	(12.229)	4.154	118.052
Móveis e utensílios	3.123	-	-	(529)	66	2.660
Equipamentos de informática	4.063	-	-	(1.718)	736	3.081
Arrendamento Mercantil	211	-	-	(79)	-	132
Imobilizações em andamento	6.054	6.252	(35)	-	(6.149)	6.122
Adiantamentos a fornecedores	-	44	-	-	-	44
	220.809	6.296	(39)	(19.761)	(17)	207.288

c) Garantia

O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 19.999 e R\$ 8.615, respectivamente (em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 19.999 e R\$ 10.705, respectivamente). O valor referente à penhora de bens decorrente de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio totaliza R\$ 1.090 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d) Reavaliações de anos anteriores

	Controladora e Consolidado							
			Dez/2018			Dez/2017		
·	Valor reavaliado em 31/12/2018	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado em 31/12/2017	Depreciação acumulada	Valor Líquido		
Terrenos	510		510	510	_	510		
Prédios	2.017	(2.017)		2.017	(2.017)			
=	2.527	(2.017)	510	2.527	(2.017)	510		

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Conforme divulgando na nota explicativa do imobilizado, a Companhia capitaliza custos de empréstimos.

		Controladora			
			Dez/2017		
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Valor líquido	Valor líquido	
Itens					
Marcas e patentes	-	1.280	1.280	1.280	
	_	1.280	1.280	1.280	

	_	Consolidado				
				Dez/2018	Dez/2017	
	Taxa de amortização % a.a	Custo	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido	
Itens						
Desenvolvimento de produtos	20%	2.419	(932)	1.487	1.132	
Marcas e patentes	-	1.282	-	1.282	1.282	
Softwares e Licenças	20%	66.522	(32.993)	33.529	37.798	
Intangível em andamento	-	8.504	-	8.504	7.218	
		78.727	(33.925)	44.802	47.430	

A movimentação de custo e amortização de intangível para os saldos consolidados estão apresentados abaixo:

						Consolidado
	Valor residual líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Capitalização	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2018
Itens						
Desenvolvimento de produtos	1.132	-	(337)	-	692	1.487
Marcas e patentes	1.282	-	-	-	-	1.282
Software e licenças	37.798	-	(7.050)	-	2.781	33.529
Intangível em andamento	7.218	4.708	-	34	(3.456)	8.504
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-
	47.430	4.708	(7.387)	34	17	44.802

Os saldos de "softwares e licenças" estão relacionados, principalmente, ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu "go live" em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores de "intangível em andamento" correspondem a investimentos em módulos do SAP que ainda estão em fase de implantação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Financiamentos e empréstimos

			Conso	lidado	
			Dez/2018		Dez/2017
Vencimentos	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outubro 2022	4,00% a.a.	9.527	18.093	7.921	21.409
Dezembro	11,00% a				
2018	12,00% a.a.	-	-	29.922	-
	3,00% a				
Outubro 2024	10,00 % a.a.	1.995	6.639	2.117	8.615
Março 2020	7,9% a.a	19.768	9.500	-	-
		31.290	34.232	39.960	30.024
Agosto 2018	4,16% a.a.		<u> </u>	9.527	
				9.527	-
		31.290	34.232	49.487	30.024
	Outubro 2022 Dezembro 2018 Outubro 2024 Março 2020	Outubro 2022 4,00% a.a. Dezembro 11,00% a 2018 12,00% a.a. 3,00% a Outubro 2024 10,00 % a.a. Março 2020 7,9% a.a	Outubro 2022	Vencimentos Encargos Circulante Não circulante Outubro 2022 4,00% a.a. 9.527 18.093 Dezembro 11,00% a - - 2018 12,00% a.a. - - 3,00% a - - - Outubro 2024 10,00 % a.a. 1.995 6.639 Março 2020 7,9% a.a 19.768 9.500 31.290 34.232 Agosto 2018 4,16% a.a.	Vencimentos Encargos Circulante Não circulante Circulante Outubro 2022 4,00% a.a. 9.527 18.093 7.921 Dezembro 2018 11,00% a 200% a.a. - - 29.922 3,00% a 3,00% a 2000 10,00 % a.a. 1.995 6.639 2.117 Março 2020 7,9% a.a 19.768 9.500 - 31.290 34.232 39.960 Agosto 2018 4,16% a.a. - - 9.527 - - 9.527

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
Ano de Vencimento	Dez/2018
2020	18.523
2021	7.447
2022	6.295
Após 2022	1.967
	34.232

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e Bônus de Subscrição

Em novembro de 2014, a Companhia liquidou de forma antecipada o saldo em aberto relativo às debêntures, no montante de R\$42.640.

Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição 2007 ("Bônus 2007"), totalizando no momento inicial 154.168 Bônus 2007, com direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão do valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R\$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. Os Bônus 2007 são válidos até 15 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 permanecem em circulação 772 Bônus 2007.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de até 180.000 (cento e oitenta mil) novos bônus de subscrição ("Bônus 2014"), com série única, ao valor nominal unitário de R\$ 613,00 (seiscentos e treze reais), podendo o subscritor pagar a totalidade do preço de subscrição dos bônus por meio de dação em pagamento, mediante a entrega dos Bônus 2007 de que for titular, obedecendo a relação de um por um.

Cada Bônus 2014 conferirá a seu titular o direito de subscrever 23 (vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício de R\$38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) por ação, totalizando até 4.140.000 (quatro milhões, cento e quarenta mil) ações ordinárias.

Os Bônus 2014 são válidos desde sua data de emissão até 15 de junho de 2021, podendo ser exercidos a qualquer tempo, a partir da data da homologação, até a data do vencimento dos bônus, a exclusivo critério de seu titular. As ações ordinárias de emissão da Companhia resultantes do exercício dos direitos conferidos pelos Bônus 2014 terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutárias, atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia hoje existentes. As novas ações participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser aprovados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e Bônus de Subscrição--Continuação

Em 09 de outubro de 2014, houve a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") onde se homologou a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) Bônus de Subscrição 2014. Os Bônus 2014 podem ser negociados pelos seus detentores no mercado secundário da BM&FBOVESPA a partir de 10 de outubro de 2014. Nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") também foram extintos 107.621 Bônus 2007 recebidos pela Companhia como dação em pagamento do preço de subscrição de quantidade equivalente dos Bônus 2014.

O montante de R\$44.368, recebido pela Companhia como prêmio na emissão de 72.739 Bônus 2014, foi registrado como reserva de capital no patrimônio líquido. Este montante representa um prêmio equivalente a R\$613,00 (seiscentos e treze reais) por bônus.

Considerando os "Termos e Condições Gerais da Emissão dos Bônus de Subscrição pela Kepler Weber S.A. 2014", incluído como Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 2014, a Companhia classificou os mesmos como instrumentos de patrimônio. Desta forma, os recursos a serem recebidos quando do exercício dos Bônus 2014, serão registrados em contrapartida do patrimônio líquido no momento da subscrição das respectivas ações pelos detentores dos Bônus 2014.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve aumento de capital relativo ao exercício de Bônus 2014 ou Bônus 2007.

19. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, no grupo de "despesas administrativas e gerais", estão apresentados abaixo:

Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência

	Consolidado
Dez/2018	Dez/2017
186	238

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas

		Controlado	ra	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A.	Dez/2018	Dez/2017
Ativo	<u> </u>	_		_
Depósitos bancários	-	3	3	-
Títulos e valores mobiliários	-	8.925	8.925	-
Ressarcimento de despesas	-	-	-	217
Aluguel	2.654	-	2.654	666
Royalties	2.411	-	2.411	535
Dividendos a receber	767		767	<u>-</u>
	5.832	8.928	14.760	1.418

(*) Os depósitos bancários estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado			
	Banco do Brasil S.A.	Dez/2018	Dez/2017	
Ativo circulante				
Aplicações financeiras	448	448	407	
Títulos e valores mobiliários	37.063	37.063	62.516	
	37.511	37.511	62.923	

(*) Os depósitos bancários e as aplicações financeiras estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado		
	Banco do Brasil		
	S.A	Dez/2018	Dez/2017
Passivo circulante			
Empréstimos bancários	58.074	58.074	42.703
	58.074	58.074	42.703

^(*) O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia.

Os royalties e os ressarcimentos de despesas estão apresentados na rubrica de "Partes relacionadas". Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação

	Controladora			
	Kepler Weber	Diretores e Conselho de		
	Industrial S.A.	Administração	Dez/2018	Dez/2017
Resultado				
Outras receitas (aluguéis)	7.968	-	7.968	7.902
Outras receitas (royalties)	5.810	-	5.810	5.843
Ressarcimento de despesas	-	-	-	2.251
Receitas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	910	-	910	79
Honorários da administração	-	(2.880)	(2.880)	(2.812)

	Consolidado			
	Banco do Brasil	Diretores e Conselho de	D/2040	D/2047
Resultado	S.A	Administração	Dez/2018	Dez/2017
Receitas sobre aplicações financeiras	257	_	257	379
Receitas sobre aplicações infanceiras Receitas sobre títulos e valores imobiliários	2.793	-	2.793	2.863
Honorários da administração	-	(2.954)	(2.954)	(3.684)
Despesas financeiras	(4.888)	-	(4.888)	(4.473)

- (a) A Controladora Kepler Weber S.A. possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de junho de 2022 com a sua controlada Kepler Weber Industrial S.A..
- (b) Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 1º de abril de 2020.
- (c) As operações realizadas com o acionista BB Banco de Investimento S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorria em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 18.

Os contratos de aluguel e pagamento de *royalties* foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 25 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$5.950 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2018 a abril de 2019.

	Contro	Controladora		dado
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Honorários e gratificações	2.721	2.624	2.783	3.411
Benefícios diretos e indiretos	159	188	171	273
	2.880	2.812	2.954	3.684

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O Programa de Incentivos de Longo Prazo terá seu valor determinado pelo Conselho de Administração com base em múltiplos da verba honorária de cada beneficiário, sendo que 1/3 do prêmio será pago em moeda corrente nacional e em até cinco dias da outorga e os restantes 2/3 serão pagos, a critério da Companhia, em moeda corrente nacional ou por meio da entrega das ações, em duas parcelas iguais, a primeira no prazo de 12 (doze) meses após a data da outorga e a segunda no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a data de outorga.

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada primeira outorga do Programa de Incentivos de Longo Prazo, totalizando R\$ 1.273. Deste montante, R\$425 foram pagos no exercício de 2014, R\$ 424 foram pagos no exercício de 2015 e R\$ 424 foram pagos no exercício de 2016.

Plano de Opções de Compra de Ações

O custo de transações com funcionários, liquidado com instrumentos patrimoniais, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da administração--Continuação

Plano de Opções de Compra de Ações--Continuação

O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 87.019 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 150.257 opções.

As ações iniciais adquiridas estarão sujeitas a um período de *lock-up* de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito do exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia.

Cada opção dará direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opções.

O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

<u> </u>	1ª Outorga Jul/2	014
Lote	I	II
Prazo de carência a partir da outorga	03/07/2017	04/07/2017
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário	68.726	18.293
Preço de exercício - (R\$)	39,35	39,35
Valor justo por opção - (R\$)	21,32	21,61
Volatilidade do preço da ação	33,79%	33,79%
Taxa de juro livre de risco	11,89%	11,89%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da Administração--Continuação

Plano de Opções de Compra de Ações--Continuação

<u> </u>	2ª Outo	itorga Jul/2015		
Lote	1	II	III	
Prazo de carência a partir da outorga	06/07/2018	07/07/2018	08/07/2018	
Quantidade de ações	105.815	27.920	16.522	
Preço de exercício - (R\$)	27,65	27,65	27,65	
Valor justo por opção - (R\$)	13,86	13,97	14,06	
Volatilidade do preço da ação	38,70%	38,70%	37,70%	
Taxa de juro livre de risco	12,62%	12,62%	12,62%	

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial.

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga
Saldo em 31/12/2017	68.726	122.337
Opções baixadas (*)	(68.726)	(105.815)
Saldo em 31/12/2018		16.522

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Controladora contabilizou como despesa de valor justo referente ao Plano de Opções de Compra de Ações R\$754 (R\$959 em 31 de dezembro de 2017), reconhecendo correspondente aumento no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Impostos a recolher

Circulante	Controla	idora	Consolid	ado
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
ICMS a pagar	-	-	239	253
PIS/COFINS a pagar	112	115	1.072	115
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	696	674	696	674
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	-	257
Imposto de Renda e CSLL	366	206	4.964	1.498
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	-	-	-	896
Outros	1	-	705	489
	1.175	995	7.676	4.182
Não circulante	Controla	idora	Consolid	ado
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	3.365	3.928	3.365	3.928
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	-	1.405
Imposto de Renda e CSLL	-	-	-	1.248
	3.365	3.928	3.365	6.581

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Impostos a recolher--Continuação

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes ao parcelamento.

Adicionalmente, em 11 de setembro de 2017 a Companhia solicitou adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei nº 13.496/2017) após desistência do processo de número 13062.000017/2003-35 no montante total de R\$ 1.121 (R\$ 374 de principal e R\$ 747 a título de multa de juros). Durante o exercício, a Companhia quitou R\$ 225 e o restante do valor de R\$ 896, foi quitado por compensação de prejuízo fiscal. A consolidação dos parcelamentos foi realizada junto à Receita Federal em 13 de dezembro de 2018.

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controlado	ra
	Provisão para riscos tribu	utários, cíveis e trabalhistas
Itens	Dez/2018	Dez/2017
Trabalhistas e previdenciárias	180	30
Tributárias	103	52
Cíveis	49	-
	332	82

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

			Controladora		
Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2017	Adição de provisão		Dez/2018	
Trabalhistas e previdenciárias	30	1:	50	180	
Tributárias	52	,	51	103	
Cíveis	-		49	49	
	82	2	50	332	
		Conso			
	Provisão		tários, cíveis e traba		
Itens		Dez/2018	D	ez/2017	
Trabalhistas e previdenciárias		5.204	4.549		
Tributárias		213	52		
Cíveis		15.867	12.617		
		21.284		17.218	
		Cons	olidado		
lovimentação da provisão para riscos ributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2017	Adição de provisão	Reversão de provisão	Dez/2018	
rabalhistas e previdenciárias	4.549	1.903	(1.248)	5.20	
ributárias	52	161	(11240)	21	
íveis	12.617	3.373	(123)	15.86	
	17.218	5.437	(1,371)	21.28	

<u>Processos trabalhistas e previdenciários</u>: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

<u>Processos tributários</u>: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

<u>Processos cíveis:</u> a principal ação está relacionada com indenização por responsabilidade civil e decorre das atividades operacionais das empresas. A maior parte da provisão de processos cíveis no período se refere a desdobramentos desfavoráveis em um processo com risco de perda estimado no montante de R\$ 9.956. Esta ação de indenização cível por danos foi proposta em 01 de agosto de 2005, teve sentença parcialmente procedente, julgamento das apelações, embargos declaratórios da Kepler Weber desacolhidos e, atualmente, aguarda julgamento de recurso especial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

<u>Passivos contingentes</u>: a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

Dentre estes processos destaca-se o Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S/A sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário atualizado objeto do Auto de Lançamento é de R\$ 48.265 onde R\$ 20.439 refere-se ao valor principal e R\$ 27.826 à multa e juros. O processo permanece na instância administrativa estadual aquardando julgamento do Recurso Extraordinário ao Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (protocolado em 05 de fevereiro de 2018) contra o julgamento havido em 13 de dezembro de 2017 pela Segunda Câmara, quando foi negado provimento ao Recurso Voluntário. O Recurso Extraordinário está fundado em divergência com dois julgamentos proferidos pela Primeira Câmara do mesmo Tribunal Administrativo (decisões paradigmas) que em situação equivalente concluíram pela total insubsistência do lançamento que apreciavam. O Recurso que aquarda julgamento pretende fazer prevalecer a mesma conclusão de insubsistência do lancamento que foi alcancada quando do julgamento dos paradigmas. Permanece suspensa a exigibilidade e os advogados da Companhia classificaram como possível o risco de perda em relação ao mérito, embora a possibilidade de um desfecho desfavorável, que resulte na saída de recursos financeiros para sua Controlada, continua sendo considerado como remoto.

Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Tipo de processo	Dez/2018	Dez/2017
Trabalhistas	1.333	2.033
Tributárias	7.166	4.965
Cíveis	63.955	62.284
	72.454	69.282

Os processos cíveis com risco de perda possível se referem, principalmente, a demandas de clientes da Companhia, os quais tiveram decisão desfavorável em primeira instância, sendo que o maior montante se refere a um processo, com risco de perda estimado em aproximadamente R\$ 56.623. Este processo foi proposto em 1998 e redistribuído em 09 de agosto de 2000, e discute responsabilidade civil decorrente de uma obra. Em fevereiro de 2019, este processo foi julgado em segunda instância pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, onde a Companhia obteve decisão favorável por unanimidade, reformando a sentença de primeira instância, que resultou no julgamento pela total improcedência da ação. O processo agora aguarda decurso de prazo para interposição de recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Ativos contingentes: A Controlada da Companhia ajuizou em 14 de março de 2017 Medida Judicial pleiteando a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A sentença de primeira instância foi proferida em 25 de julho de 2017, concedendo o direito para que pudesse excluir de suas operações futuras o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tendo por base esta sentença a Controlada da Companhia passou a não mais oferecer a base de tributação das contribuições ao PIS/COFINS os valores de ICMS. Essa exclusão refletiu no não recolhimento do PIS e da COFINS no montante de R\$ 4.038. Ressalte-se que esta decisão é de primeira instância e o processo encontra-se no TRF da 4a Região aguardando decisão dos Recursos de Apelação e Remessa de Ofício podendo ser ou não mantida. Entretanto, com base na decisão do STF comentada a seguir e na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia e sua Controlada concluíram que não é provável o desembolso de caixa em relação aos valores não recolhidos.

O STF julgou o mérito da matéria e decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, em linha com a tese pleiteada pela Controlada. Vale destacar que, apesar da decisão quanto ao mérito, o caso ainda aguarda julgamento de embargos de declaração apresentado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, principalmente no que se refere à modulação de efeitos da decisão de mérito.

Para os períodos anteriores à data do ajuizamento da medida judicial supra mencionada, e não prescritos, a Controlada deverá aguardar o trânsito em julgado do seu processo judicial, bem como a decisão final do STF que definirá o período beneficiado bem como a forma de aproveitamento do crédito tributário (compensação com outros tributos federais ou precatório).

A Controlada e seus assessores estimam que a decisão não limitará o direito da ação judicial proposta a partir de 14 de março de 2017, data do ajuizamento da ação, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados para o período de março de 2012 a julho de 2017. Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018, a Controlada estima o valor potencial dos créditos, incluindo atualização monetária, em aproximadamente R\$ 52.300.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

					Con	troladora			
	=				Dez/2018				Dez/2017
	Nota _	VJR(*)	VJORA(**)	Custo amortizado	Total	VJR(*)	VJORA(**)	Custo amortizado	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.212	-	-	6.212	14.057	-	-	14.057
Títulos e valores mobiliários – circulante	8	-	11.757	-	11.757	-	6.695	-	6.695
Títulos e valores mobiliários não circulante	8	-	4.503	-	4.503	-	-	-	_
Passivos									
Fornecedores		-	-	(154)	(154)	-	-	(181)	(181)
	_	6.212	16.260	(154)	22.318	14.057	6.695	(181)	20.571
	_				Conso	lidado			
	_				Dez/2018				Dez/2017
	Nota	VJR(*)	VJORA(**)	Custo amortizado	Total	VJR(*)	VJORA(**)	Custo amortizado	Total
Ativos Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras retidas	7	6.803	-	-	6.803	14.424	-	-	14.424
– circulante Títulos e valores mobiliários –	7	15.611	-	-	15.611	7.332	-	-	7.332
circulante	8	-	42.142	-	42.142	-	79.887	-	79.887
Contas a receber clientes Instrumentos financeiros	9	-	-	54.409	54.409	-	-	52.769	52.769
derivativos	5.c	-	-	-	-	196	-	-	196
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8	-	8.187	-	8.187	-	13.439	-	13.439
Passivos Empréstimos e financiamentos Fornecedores	17	-	-	(65.522) (45.736)	(65.522) (45.736)	-	-	(79.511) (52.385)	(79.511) (52.385)
1 011100000100	_	22.414	50.329	(56.849)	15.894	21.952	93.326	(79.127)	36.151
	_			<u> </u>				(/	

^(*) Valor justo por meio do resultado. (**) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Controladora			
	Valor contábil Dez/2018	Valor justo Dez/2018	Valor contábil Dez/2017	Valor justo Dez/2017
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.212	6.212	14.057	14.057
Títulos e valores mobiliários - circulante	11.757	11.757	6.695	6.695
Títulos e valores mobiliários – não circulante	4.503	4.503		
	22.472	22.472	20.752	20.752
Passivos financeiros:				
Fornecedores	(154)	(154)	(181)	(181)
	(154)	(154)	(181)	(181)
		Consolid	lado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Dez/2018	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2017
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.803	6.803	14.424	14.424
Aplicações financeiras retidas - circulante	15.611	15.611	7.332	7.332
Títulos e valores mobiliários - circulante	42.142	42.142	79.887	79.887
Contas a receber clientes	54.409	54.409	52.769	52.769
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8.187	8.187	13.439	13.439
Instrumentos financeiros derivativos		<u> </u>	196	196
	127.152	127.152	168.047	168.047
Passivos financeiros:	(05.555)	(OF FCC)		(
Financiamentos e empréstimos	(65.522)	(65.522)	(79.511)	(79.511)
Fornecedores	(45.736)	(45.736)	(52.385)	(52.385)
	(111.258)	(111.258)	(131.896)	(131.896)

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Títulos e valores mobiliários: o valor justo é baseado nas posições do fundo exclusivo marcadas a mercado conforme informações da instituição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor justo--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa.

Financiamentos e empréstimos: estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil S.A., Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e reúnem características próprias e a Administração considera que as condições definidas nos contratos de financiamento do BRDE e Banco do Brasil, entre partes dependentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. Dessa forma seu valor justo é similar ao valor contábil.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

No exercício de 2018 não houve aumento do capital social, sendo representado por 26.311.971 (vinte e seis milhões, trezentas e onze mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 234.322 (R\$ 234.322 em 31 de dezembro de 2017).

b) Reservas de lucros

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

c) Reserva de incentivo fiscal reflexa

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Weber Industrial S.A., a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora. O saldo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 57.257.

d) Reserva de capital de incentivos fiscais

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

e) Reserva de bônus de subscrição das debêntures

Refere-se à reserva para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures - nota explicativa 18), líquido dos efeitos tributários.

f) <u>Bônus de subscrição 2014</u>

Refere-se a reserva de capital oriunda das subscrições do Bônus 2014 efetuadas neste exercício, conforme divulgado na nota explicativa 18.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

Dividentos totais

Dividendos totais por ação do capital (em R\$)

g) Reservas de reavaliação

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens não mensurados em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos da depreciação adicional gerada pela adoção do custo atribuído foram neutralizadas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório de forma a não alterar a política de dividendos da Companhia vigente antes da adoção do custo atribuído.

i) <u>Dividendos</u>

A Companhia não distribuiu dividendos sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Abaixo demonstramos o cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Dez/2018
Resultado do exercício	8.266
(-) Reserva legal	(413)
(+) Realização de reserva de reavaliação	347
(+) Realização de ajustes de avaliação	2.159
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	10.359
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	2.590

Demonstração do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 20 de março de 2019, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando o dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 2.590 (R\$ 0,09845 por ação ordinária), sujeito à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita é reconhecida quando:

- Os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- É provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- A receita, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser mensurados de maneira confiável.

ii. Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada estão envolvidas na venda de silos e equipamentos para armazenagem e, em determinadas situações, na montagem destes silos e equipamentos. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

iii. Receita de aluquel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Receita operacional--Continuação

iv. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2%; e
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 17%.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	Dez/2018	Dez/2017
Receita bruta fiscal	686.440	682.290
Impostos sobre vendas	(98.566)	(94.170)
Devoluções e abatimentos	(5.520)	(2.717)
Ajustes por diferença nos critérios de reconhecimento de receita	(6.054)	(7.028)
	576.300	578.375
	Consol	idado
	Dez/2018	Dez/2017
Venda de produtos	517.532	532.460
Prestações de serviços	58.768	45.915
	576.300	578.375

27. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Aluguel de propriedades para investimento	8.142	8.089	174	187
Royalties	5.810	5.843	-	-
Subvenções governamentais (nota 33)	-	-	13.107	12.534
Recuperação de despesas diversas	222	44	2.194	2.417
Crédito de impostos - CPRB sobre receita bruta paga a maior (nota 11)	-	=	13.460	-
Recuperação de Impostos - PIS/COFINS	-	-	4.755	-
Ganho em processos judiciais	-	=	-	460
Outras	-	3	69	473
	14.174	13.979	33.759	16.071

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Outras despesas operacionais

	Control	adora	Consolidado	
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(2.052)	(2.565)
Contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	(250)	127	(4.066)	(7.128)
Condenações diversas	(39)	(141)	(3.146)	(9.407)
Perda na venda/baixa obsolescência do ativo imobilizado	-	-	(2.089)	(656)
Perdas no recebimento de crédito de clientes	-	=	213	(3.237)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(1.290)	(1.394)	(1.291)	(1.394)
Multas contratuais	-	-	(262)	938
Pensões vitalícias	-	-	(22)	(47)
Outras	(1.228)	(44)	(3.724)	(2.487)
	(2.807)	(1.452)	(16.439)	(25.983)

29. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Depreciação e amortização	(2.024)	(2.027)	(27.423)	(26.655)
Despesas com pessoal	(4.518)	1.567	(95.845)	(105.436)
Matéria-prima / produtos adquiridos	-	-	(282.953)	(314.255)
Despesas com benefícios empregados	(192)	(69)	(9.938)	(11.606)
Comissões sobre vendas	-	-	(14.144)	(13.210)
Garantias	-	-	(5.839)	(7.438)
Fretes sobre vendas	-	-	(31.889)	(33.404)
Serviços de montagem	-	-	(46.253)	(34.595)
Serviços de terceiros	(1.429)	(1.319)	(13.931)	(14.158)
Comerciais e viagens	(285)	(208)	(6.028)	(7.967)
Locação	(292)	(276)	(5.984)	(7.131)
Ociosidade fabril	-	-	(1.021)	(398)
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	(6.397)	(6.530)
Encargos e outros	(367)	(523)	(24.980)	(25.084)
	(9.107)	(2.855)	(572.625)	(607.867)
Despesas de vendas	-	-	(35.172)	(35.873)
Despesas administrativas e gerais	(9.107)	(2.855)	(44.513)	(42.047)
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	· · · · · ·	-	(492.940)	(529.947)
•	(9.107)	(2.855)	(572.625)	(607.867)
				` /

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Custo do produto vendido

Custo dos produtos vendidos alocados Custos não alocados

Consolidado			
Dez/2018 Dez/2017			
(491.919)	(529.549)		
(1.021)	(398)		
(492.940)	(529.947)		

Consolidado

Os custos não alocados são representados por valores não usuais ou custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos, principalmente relacionados ao baixo volume de produção e embarque, reconhecidos diretamente no resultado no período em que ocorrem em conta destacada dos custos dos produtos vendidos. Do montante total, 100% dos valores são referentes ao primeiro semestre do exercício de 2018 (73,46% em 2017).

Custos com garantias

Referem-se a custos com garantias concedidas, revisões técnicas periódicas e campanhas de substituição de peças. A Administração revisa e ajusta periodicamente estas estimativas de acordo com o histórico, projeções e outras informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrada provisão para prováveis custos com garantias, no montante de R\$ 5.998 (R\$ 6.844 em 31 de dezembro de 2017).

Controladora

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Variação cambial/monetária ativa	14	249	6.798	8.033
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.968	1.024
Receitas com aplicações financeiras	1.364	1.312	5.228	12.090
Outras receitas financeiras	5	2	975	464
	1.383	1.563	14.969	21.611
	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Encargos financeiros s/empréstimos e financiamentos	(7)	-	(9.109)	(8.934)
Juros de mora e IOF contratuais	(69)	(3)	(855)	(981)
Variação cambial/monetária passiva	(145)	(256)	(8.025)	(5.179)
Instrumentos financeiros derivativos	-	=	(546)	(734)
Despesas com fiança bancária	-	=	(545)	(802)
Pis/Cofins sobre outras receitas	(64)	(25)	(314)	(762)
IR retido sobre operações no exterior	(16)	(18)	(696)	(846)
Outras despesas financeiras	(87)	(89)	(609)	(1.169)
	(388)	(391)	(20.699)	(19.407)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Resultado por ação

	Controladora e C	oladora e Consolidado		
Básico:	Dez/2018	Dez/2017		
Resultado do exercício	8.266	(34.257)		
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971		
Resultado por ação ordinária básico - R\$	0,3142	(1,3020)		
<u>Diluído:</u>				
Resultado do exercício	8.266	(34.257)		
Resultado do exercício ajustado pelo efeito da diluição	8.266	(34.257)		
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971		
Média ponderada de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	26.311.971	26.311.971		
Resultado por ação diluído - total - R\$	0,3142	(1,3020)		

33. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, obteve benefício fiscal de redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O termo de acordo assinado originalmente no ano de 2002 foi posteriormente aditivado, prorrogando o benefício até o exercício de 2028. A Companhia teve como contrapartida a realização de investimentos e a geração de empregos no Estado do Mato Grosso do Sul.

O benefício reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$13.107 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$12.534) e está reconhecido no resultado do período como outras receitas operacionais, sendo posteriormente destinado para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, até o limite dos investimentos previstos no termo de acordo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

34. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém, ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Vigência	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Abr/19	1.210
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Ago/19	5.000
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Set/19	20.000
·		26.210
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)	Jan/19	10.728
,	Fev/19	1.216
	Mar/19	45.000
	Abr/19	640
	Jun/19	2.588
	Set/19	918.246
	Jan/20	2.400
		980.818
		1.007.028

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conselho de administração

Presidente do Conselho de Administração **Fernando Florêncio Campos**

Vice-Presidente do Conselho de Administração **José Pais Rangel**

Membros

Antônio Sérgio Riede Carlos da Costa Parcias Junior Marcelo Gasparino da Silva Maria Gustava Heller Britto Valmir Pedro Rossi

Conselho fiscal

Membros

Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia Marcio Ferraro Rafael Zanon Guerra de Araujo

Diretoria

Diretor Presidente **Piero Abbondi**

Diretor Administrativo e Financeiro André Luís Paz Acosta

Contadores

Marcio Wasem Gerente de Controladoria CRC-RS 52398/O-9 Cristiane Beatriz Back Bender Contadora CRC-RS 072285/O-2